

CONSELHO DE ORIENTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO TÉCNICA - COAT /
Fundo Municipal do Idoso
107ª Reunião Ordinária
24 de novembro de 2025

Aos dez dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco foi realizada a 107ª Reunião Ordinária do Conselho de Orientação e Administração Técnica de São Paulo - COAT/SP, de forma presencial, com início às 14h30, sendo presidida Sra. Josefa Anadete dos Santos Silva, representante da Coordenação de Políticas para Pessoa Idosa – CPPI/SMDHC e com a presença dos também conselheiros: Sra. Alessandra Gosling, também representante da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), a Sra. Beatriz Fernandes Santos, representante da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) e o Sr. José Munhoz, representante da Secretaria Municipal da Fazenda (SF) e a Sra. Marisa Accioly, Sr. Ariovaldo Guello e Sr. Nadir Francisco do Amaral, representantes do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa. Participaram também os assessores técnicos da Coordenação de Políticas para Pessoa Idosa – CPPI/SMDHC, a Sra. Gabriela de Barros Constante e Sr. Alexandre Taricano Junior. A reunião contou com as seguintes pautas:

As pautas foram as que seguem abaixo:

- 1. Relatório FMID;**
- 2. Edital 2026;**
- 3. Encerramento;**

A Sra. Josefa abriu a reunião com as boas-vindas. Em seguida, a Sra. Alessandra informou que esta seria a última reunião do COAT na atual gestão, devido à proximidade das eleições do CMI-SP.

O Sr. Alexandre iniciou sua fala apresentando o Relatório do FMID, após questionamento inicial do Sr. Ariovaldo sobre a função desse documento. Explicou que o relatório foi elaborado em razão de uma notificação do Tribunal de Contas do Município. Destacou que, em 2023, o orçamento empenhado para o FMID foi de aproximadamente R\$ 12 milhões, e o liquidado cerca de R\$ 6 milhões, devido a dificuldades ao longo da execução das parcerias. Diante disso, o Sr. Nadir reforçou que o orçamento atual do fundo não corresponde aos R\$ 44 milhões mencionados publicamente em algumas ocasiões.

Alexandre sugeriu algumas ações para os próximos editais, como fortalecer a campanha de arrecadação do FMID. A Sra. Marisa perguntou se existe uma porcentagem mínima do orçamento que deve ser liquidada, e Alexandre esclareceu que não, pois a tramitação das parcerias com as OSCs é imprevisível. Também informou que o orçamento previsto na LOA 2026 para o FMID é de aproximadamente R\$ 16,5 milhões.

Sobre o edital vigente, Alexandre explicou que alterações recentes nas portarias que regem as parcerias impactaram significativamente o processo. O Sr. Ariovaldo destacou a necessidade de repassar essas informações aos novos conselheiros da próxima gestão. A Sra. Marisa sugeriu a elaboração de um manual com informações essenciais para orientar os novos membros. Alexandre reforçou que o edital deve ser claro e objetivo quanto aos critérios documentais, pois flexibilizações excessivas geram retrabalho, reanálises e dificuldades burocráticas.

A respeito do ano de 2024, Alexandre informou que houve conflitos na reanálise de alguns projetos. Foram empenhados R\$ 11 milhões e liquidados R\$ 4 milhões, sendo que o edital daquele ano foi elaborado em prazo muito curto, o que gerou inconsistências nos critérios. O Sr. Ariovaldo reforçou a importância de orientar as OSCs sobre procedimentos burocráticos e administrativos, o que qualificaria as propostas. O Sr. Nadir destacou a importância de que o gabinete participe da construção do novo edital, e a Sra. Beatriz reforçou a necessidade de um manual também voltado às OSCs.

Alexandre comentou, ainda, sobre a transversalidade das pautas do envelhecimento e a necessidade de diálogo intersecretarial, além das dificuldades enfrentadas na análise de contas. Defendeu que concursos públicos são essenciais para garantir continuidade e qualidade técnica. Os conselheiros observaram que muitas OSCs acabam suprimindo lacunas do próprio poder público. Ao apresentar o panorama financeiro de 2025, Alexandre informou que foram R\$ 12 milhões orçados, cerca de R\$ 11 milhões empenhados até setembro, quase R\$ 6 milhões liquidados e R\$ 3 milhões congelados. Há três pendências em andamento: ASA (que declinou da parceria), Idade Dourada e Liga Solidária. A Sra. Marisa reforçou que o manual deve estar concluído antes da publicação do novo edital.

Alexandre prosseguiu destacando a importância de melhor utilizar as emendas parlamentares, sugerindo que o COAT atue ativamente na captação de recursos e se aproxime dos gabinetes parlamentares para apresentar as necessidades identificadas. Mencionou-se também a possibilidade de destinar um percentual das doações, caso haja respaldo legal, para elaboração de um relatório sociodemográfico sobre a população idosa, considerado essencial para embasar políticas públicas.

Em seguida, foram apresentados os extratos bancários do FMID, reunidos desde 2023 até setembro de 2025. Explicou-se que, nas transferências feitas pela Secretaria da Fazenda, os valores nem sempre correspondem diretamente aos empenhos individuais, pois vários empenhos podem ser pagos em um único repasse consolidado. Ressaltou-se que essa documentação contém dados sensíveis e não deve ser anexada integralmente ao relatório dos conselheiros; parte será organizada apenas para os novos membros.

Também foi exibido um relatório de auditoria interna, com explicações sobre índices de transferências e movimentações financeiras. Para muitos conselheiros, foi a primeira oportunidade de acesso direto aos extratos do fundo, o que ajudou a esclarecer dúvidas recorrentes sobre transparência. Discutiu-se ainda a importância de não divulgar dados pessoais de doadores, devendo as informações ser consolidadas. Foram apresentados exemplos de doações direcionadas, como as realizadas pela Toyota e pela organização Ondina Lobo, além de contribuições recorrentes de doadores individuais.

O grupo discutiu a desvinculação das receitas (30%), aplicável tanto a recursos direcionados quanto não direcionados, com base na legislação financeira. Surgiram dúvidas sobre a separação de rendimentos acumulados de anos anteriores, tema que exigirá aprofundamento técnico. Reforçou-se a importância de ampliar estratégias de captação, especialmente campanhas sobre destinação do Imposto de Renda, citando exemplos de municípios com forte arrecadação por boa estruturação dessas ações.

Na sequência, foram apresentadas as parcelas já pagas às organizações, informando-se que a maior parte já havia sido liquidada, restando apenas uma última parcela pendente em um dos projetos. Discutiu-se, então, a situação dos aditivos contratuais, esclarecendo que alterações significativas no plano de trabalho devem passar pelo COAT, enquanto pequenas alterações técnicas podem ser avaliadas pela gestora responsável, desde que não modifiquem o objeto do projeto.

A conselheira Marisa questionou o processo de glosa, e a equipe explicou que a análise considera tanto a documentação quanto as visitas técnicas. Por limitações de pessoal, nem todas as visitas podem ser realizadas, sendo priorizadas conforme disponibilidade das OSCs. Nessas visitas, são verificados materiais, registros, presença de público e coerência entre o planejado e o executado. O grupo destacou que o plano de trabalho é uma previsão e que rigidez excessiva poderia inviabilizar projetos, sendo necessário equilíbrio entre fiscalização e viabilidade. Foi citado um projeto de compostagem com minhocas como exemplo positivo de atividade transversal, ainda que com desafios operacionais.

A seguir, analisou-se o fluxo de prestação de contas: após o pagamento da segunda parcela, a OSC deve enviar a prestação parcial; atrasos superiores a 10 dias resultam em registro de inadimplência; parcelas seguintes só são liberadas após aprovação; prestações insatisfatórias podem gerar glosas.

Foi observado que a legislação impõe prazos difíceis e que a portaria não considera os desafios práticos da execução. A equipe técnica orienta as OSCs sempre que possível, mas reconhece limitações. As visitas técnicas, historicamente subutilizadas, foram reafirmadas como essenciais, embora o volume de parcerias supere a capacidade operacional. A Sra. Beatriz reforçou a necessidade de realizá-las, e a Sra. Josefa informou

que a CPPI está se reorganizando para ampliar sua realização. O Sr. Alexandre mencionou que elaborou uma planilha com a priorização das visitas, que será usada como base para o cronograma.

A equipe explicou que, após a visita, os relatórios são encaminhados à DAC. Enquanto a área técnica não emite parecer conclusivo, o processo fica suspenso, impedindo novos pagamentos. Pequenas inconsistências devolvem o processo para ajustes. Foram mencionados casos recentes, como o da organização Casa Comum, que apresentou inconsistências financeiras que levaram à necessidade de devolução de valores.

Debateu-se a necessidade de que os futuros editais tragam critérios mais claros para evitar propostas excessivamente onerosas ou desalinhadas com políticas municipais. Citou-se um projeto cultural de R\$ 2 milhões como exemplo de inadequação ao escopo do FMID. Foi defendido que propostas votadas em áreas temáticas específicas (saúde, cultura, esportes) contem com pareceres das respectivas secretarias.

Também foram expostas irregularidades graves envolvendo a organização Malungo, que iniciou o projeto com seis meses de atraso e apresentou problemas como saques indevidos, pagamento de tarifas bancárias com recursos do FMID, uso da mesma conta para outro projeto cultural e ausência de justificativas técnicas. A segunda parcela foi suspensa e os valores pagos deverão ser devolvidos; em caso de não devolução, a OSC ficará impedida de firmar novas parcerias.

Os participantes defenderam que a próxima gestão disponha de espaço próprio para debater a situação de todas as OSCs, possibilitando troca de informações com base em experiências regionais. Em relação ao projeto “Grupo Malungo – Prática de Capoeira na Prevenção de Doenças”, foi informado que recebeu parecer, possivelmente da área da saúde, mas a justificativa metodológica precisa ser aprimorada.

Alexandre reafirmou que o objetivo não é penalizar entidades, mas garantir o cumprimento da legislação. Por isso, defendeu-se que o próximo edital exija que as OSCs apresentem prestação de contas preliminar ao Conselho, documentação regular no ato da inscrição, Estatuto atualizado conforme normas contábeis e de patrimônio e registro regular no CMI.

Alexandre pontuou que o setor da DGP enfrenta sobrecarga, responsável por cerca de 150 emendas parlamentares a serem concluídas até dezembro, o que limita análises detalhadas. Oscilações de prazos levam gestores a trabalhar até tarde para concluir parcerias. Há também recorrência de OSCs que não enviam documentos e, posteriormente, procuram intermediadores políticos para tentar reverter arquivamentos, o que é inviável, conforme MROSC.

Houve consenso de que o próximo edital deve incluir exigências claras para evitar problemas na fase de parcerias e prevenir atrasos, incluindo certidões válidas, documentação obrigatória completa e ausência de pendências contábeis.

Por fim, Alexandre relatou sua iniciativa de produzir vídeos de tutorias sobre prestação de contas, utilizando equipamento próprio. Ele se colocou à disposição para compartilhar os materiais já prontos e sugeriu parceria com a Universidade de São Paulo para uso de estúdio profissional. Propôs, ainda, a criação de um canal permanente de comunicação com as OSCs, com lives periódicas para orientação e esclarecimento de dúvidas.

O grupo então analisou processos de prestação de contas, alguns desatualizados e outros arquivados, destacando dificuldades recorrentes de envio de documentos básicos pelas OSCs. Comentou-se a necessidade de qualificar o fluxo de recebimento de documentos via sistema 156, que possui limitações, especialmente quanto à confidencialidade. Sugeriu-se avaliar, no futuro, sistemas mais modernos com abertura automática de processos, mas, até lá, permanece o envio de documentos via e-mail.

Em relação ao processo seletivo, destacou-se que o Conselho não analisa diretamente a documentação, pois a comissão é composta por servidores da Secretaria. Reforçou-se a importância de critérios objetivos, evitando avaliações influenciadas por relações prévias com as OSCs.

Foi retomado um caso de projeto parcialmente executado, no qual a OSC recebeu a primeira parcela, mas informou posteriormente que não conseguiria continuar as atividades, devolvendo os recursos. A situação ocorreu entre março e julho de gestão anterior, e a devolução está em andamento.

Na etapa final da reunião, discutiu-se o encerramento da gestão do COAT. Informou-se que o dia 12 seria o último dia útil para reuniões deliberativas, e avaliou-se a possibilidade de uma reunião extraordinária ou de uma última reunião on-line, apontando datas possíveis como 8 ou 11 de dezembro.

Ao final, ficou acordado que a definição da data e do formato da reunião de encerramento ficaria sob responsabilidade da Presidência, cabendo ao grupo aguardar a confirmação oficial.

Sem mais para o momento, a reunião foi encerrada às 17h30.

São Paulo, 24 de novembro de 2025

Josefa Anadete dos Santos Silva

Alessandra Gosling

Beatriz Fernandes Santos

Marisa Accioly Rodrigues Da Costa Domingues

Ariovaldo Guello

Nadir Francisco do Amaral